

RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.706 - RO (2019/0160348-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : CEZAR BENEDITO VOLPI
ADVOGADO : CÉZAR BENEDITO VOLPI - RO000533
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : REYNNER ALVES CARNEIRO - RO002777
LUCILDO CARDOSO FREIRE - RO004751

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo TJRO assim ementado (e-STJ fl. 285):

Apelação cível. Prestação de serviço advocatício. Remuneração. Honorários de sucumbência. Previsão contratual expressa. Nulidade afastada. Rompimento unilateral. Arbitramento judicial. Impossibilidade. Recurso provido.

Havendo contrato válido celebrado entre as partes, com previsão sobre a remuneração pela sucumbência processual, não há que se falar em arbitramento judicial de honorários de advogados, devendo o prestador de serviços aguardar a implementação das condições contratuais de acordo com o resultado das ações para fazer valer seu direito de receber sua parte.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 320/325).

As razões do recurso especial (e-STJ fls. 3.663/3.678), fundamentadas no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da CF, versam sobre ofensa aos arts. 22 da Lei n. 8.906/1994, 593 do CPC/2015 e 5º, XXXV e LV, da CF, bem como dissídio jurisprudencial.

Sustenta o recorrente que "a ruptura do ajuste, sem culpa do contratado, permite o arbitramento, mesmo naqueles casos em que a remuneração foi convencionada exclusivamente pelos honorários de sucumbência" (e-STJ fl. 342).

O recorrido apresentou contrarrazões (e-STJ fls. 352/361).

O recurso foi admitido na origem (e-STJ fl. 363).

É o relatório.

Decido.

De início, não cabe falar em afronta ao art. 5º, XXXV e LV, da CF, pois é inviável a análise de ofensa a dispositivo constitucional em recurso especial, sob pena de usurpação da competência da Suprema Corte. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO AUTORAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. EXECUÇÃO PÚBLICA DE OBRAS MUSICAIS POR RÁDIO COMUNITÁRIA. DIREITOS AUTORAIS. ECAD. DEVER DE PAGAMENTO. ATIVIDADE NÃO LUCRATIVA. IRRELEVÂNCIA.

1. A análise de suposta violação a dispositivos constitucionais é vedada em sede especial, sob pena de usurpação da competência atribuída pelo constituinte ao Supremo Tribunal Federal.

2. Com efeito, resta pacificado no âmbito desta Corte Superior de Justiça que, a partir da entrada em vigor da Lei n.º 9.610/98, a ausência do intuito de lucro é questão irrelevante quando se trata do pagamento de direitos autorais. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.619.402/SC, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 23/11/2017.)

O TJRO assim decidiu (e-STJ fls. 292/294):

Observo que há estipulação expressa para recebimento de honorários em caso de rescisão (item 1.5 do Anexo IV, fl. 193), por essa razão não contemplo violação à boa-fé objetiva e à função social do contrato, devendo ser mantidos os termos acordados entre as partes.

Vale frisar que, no contrato em discussão, havia previsão expressa quanto à forma de remuneração (Cláusula 18ª), ou seja, como seria a contraprestação pelo serviço prestado, inclusive com relação aos honorários de sucumbência, que eram pagos de forma adiantada e com valores fixos, por meio de uma tabela com a discriminação quanto aos tipos de ações e valores a serem repassados (anexo IV às fls. 193/195).

Em que pese as alegações do apelado, observo que a questão difere dos demais casos usualmente julgados por esta Corte para arbitramento de honorários de advogados, uma vez que, nos referidos casos, não havia previsão expressa de o advogado receber antecipadamente os honorários sucumbenciais, como ocorre com o caso em tela. (...)

O apelado recebeu pelos atos que praticou e, em caso de cobrar os seus honorários pelo seu trabalho durante a ação, não seria por meio da ação de arbitramento, uma vez que o contrato firmado com o apelante traz porcentagens expressas que disciplinam a relação entre as partes. (...)

O arbitramento judicial de honorários somente seria possível se não houvesse previsão neste sentido para a hipótese de transgressão do contrato, como o ocorrido nos demais precedentes citados. No caso em debate, o contrato previa, expressamente, o recebimento dos honorários sucumbenciais antecipados, sendo o apelado remunerado parcialmente e antecipadamente no curso do processo pelo serviço prestado.

Conforme visto, o Tribunal de origem entendeu que o agravante teria recebido os valores de forma adiantada.

Contudo, no recurso especial, apontando contrariedade aos arts. 22 da Lei n. 8.906/1994 e 593 do CPC/2015, o recorrente sustenta tão somente a possibilidade de arbitramento dos honorários nos casos em que há rompimento do contrato em que se convencionou pagamento quando da sucumbência.

Verifica-se, portanto, que a parte não impugnou os fundamentos do acórdão recorrido, especialmente o de que o recorrente teria recebido os honorários antecipadamente no curso da prestação dos serviços advocatícios, apresentando alegações dissociadas do que ficou decidido no aresto.

Incidem, portanto, as Súmulas n. 283 e 284 do STF.

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao recurso.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator